

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Outono Parlamentar

A Câmara está mostrando, pela última vez, que o eleitor fez justiça quando recusou a renovação do mandato a 60% dos deputados. A representação arquejante, com os seus dias contados pelos dedos da mão, perde a última oportunidade de se redimir na convocação extraordinária. Em vez de resolver as questões pendentes de aprovação, cuida de uma eleição que só interessa aos políticos. A presidência da Câmara não tem prioridade sobre qualquer matéria em exame, principalmente diante do alto custo dos trabalhos em período de recesso parlamentar.

É constrangedor ouvir e ler declarações diárias sobre candidaturas que giram num círculo fechado de vaidade pessoal e interesse político menor. Meia dúzia de deputados se dedica, em tempo integral, às escaramuças que são a mais desacreditada forma de disputa para tomar o tempo dos cidadãos. Enquanto os políticos brasileiros se sentirem mais importantes do que os fatos que se apresentam à atenção nacional, a democracia vai marcar passo sem sair do lugar.

Durante os anos de transformação do regime militar, que caiu mais por efeito das suas contradições, os políticos desempenharam um papel complementar, e mais para efeito externo. Nenhum historiador repetirá no futuro o que a sociedade se permitia ouvir a respeito da contribuição do Congresso para a demolição da estrutura autoritária.

Terminado o processo de transformação, procurou-se esquecer o que era simulação porque a restauração da verdade se reserva à História, já que os contemporâneos são suspeitos. Ninguém se deixa enganar pela retórica dos políticos, exceto eles próprios, que fazem de conta que a derrubada do governo militar foi obra deles. Claro que houve quem mantivesse a dignidade, mas também houve quem se recusasse a ser digno por oportunismo. Não

se viu uma seqüência de protestos feitos com a devolução do mandato aos eleitores. Alegava-se que era mais útil manter o mandato como instrumento de luta, mas poucos o utilizaram para resistir.

Todos os anos a eleição do presidente da Câmara ocupa a atenção dos partidos e movimenta os interessados para cima e para baixo. Como é da praxe parlamentar a eleição do candidato do partido majoritário, não há sentido político na disputa. A presidência da Câmara não tem a menor importância, além do exercício das artes menores de nomear, acomodar, pagar, encobrir. Ou, em certas horas, requisitar rede de rádio e televisão para os presidentes da Câmara e do Senado (ou alguém designado por eles) saírem em defesa da instituição quando os seus membros são denunciados por comportamento fisiológico.

Nos países desenvolvidos a situação é outra: os presidentes de casas parlamentares falam pela instituição. A eleição para o posto tem importância fora do Congresso, para efeito de decisões nacionais, em nações afeiçoadas à responsabilidade democrática. Entre nós, falam como ventriloquos e impostam um interesse cívico para disfarçar o personalismo e o fisiologismo. Raras vezes se vê o presidente da Câmara ou do Senado ser chamado a exercer responsabilidade nacional ou compartilhar grandes decisões. No máximo, participam de solenidades formais e secundárias, sem significado político real.

Nem mesmo a moralização legislativa é utilizada em deferência formal e vazia à opinião pública. Não se sabe de qualquer pretendente que se disponha a moralizar o pagamento dos subsídios parlamentares como sinal de respeito pelo contribuinte. Os políticos continuam acreditando numa história que contaram e que não precisaram provar. O despertar vai ser doloroso.